

Trajetória de compra institucional de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa de Alimentação Escolar em dois municípios mineiros, entre 2011 e 2021: os municípios seguem a Lei n°11.947 de obrigatoriedade de compra?

Trajectory of institutional purchase of food from Family Farming for the School Feeding Program, in two municipalities in Minas Gerais between 2011 and 2021: do municipalities follow Law n°11,947 of mandatory purchase?

Anabele Pires Santos¹, Gabrielle Carolina da Cruz Ciriaco¹, Anelise Andrade de Souza¹

¹Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Nutrição, Ouro Preto, 35400-00, Minas Gerais, Brasil

Autor para correspondência: Anelise Andrade de Souza

Universidade Federal de Ouro Preto

Departamento de Nutrição Clínica e Social

Rua Dois, s/n, Morro do Cruzeiro, CEP 35402-145

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

Tel: +55 31 35591814

Email: anelise.souza@ufop.edu.br

Submetido em 17/02/2023

Aceito em 14/04/2023

DOI: <https://doi.org/10.47456/hb.v4i1.40174>

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar consiste na transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação aos estados e municípios, para aquisição de alimentos destinados à alimentação escolar. É uma estratégia promotora de Segurança Alimentar e Nutricional desde a promulgação da Lei nº 11.947/2009. O objetivo do estudo foi descrever e discutir a trajetória da compra institucional de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa de Alimentação Escolar nos municípios de Mariana e Ouro Preto, Minas Gerais, nos anos de 2011 a 2021. Este estudo é descritivo, com análise de dados secundários obtidos a partir de portais oficiais do Governo Federal e informações coletadas diretamente nas Secretarias Municipais de Educação dos dois municípios. Foram descritos os valores repassados pelo governo federal e o percentual utilizado na compra de alimentos da Agricultura Familiar para o programa, além do número de agricultores familiares residentes nos municípios e o potencial produtivo da região. Os resultados indicaram uma baixa adesão dos municípios na compra dos alimentos e produtos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar, sem alcance do mínimo exigido pela legislação e demonstraram que os municípios possuem um potencial produtivo. Destaca-se a importância de uma organização governamental para articular a operacionalização do programa, desde a assistência dada aos produtores rurais, a fiscalização do Conselho de Alimentação Escolar quanto o cumprimento da legislação, até a vontade política para que o programa possa ser efetivado em toda sua plenitude.

Palavras-chave: política pública; alimentação escolar; financiamento governamental.

ABSTRACT

The National School Feeding Program consists of the transfer of financial resources from the National Education Development Fund to states and municipalities, for the purchase of food for school feeding. It is a strategy that promotes Food and Nutritional Security since the enactment of the Law number 11.947/2009. The objective of the study was to describe and discuss the trajectory of the institutional purchase of food from Family Farming for the School Feeding Program in the municipalities of Mariana and Ouro Preto, Minas Gerais, Brazil, from 2011 to 2021. This study is descriptive, with analysis of secondary data obtained from official websites of the Federal Government and information collected directly from the Municipal Departments of Education of both municipalities. The values passed on by the federal government and the percentage used in the purchase of food from Family Agriculture for the program were described, in addition to the number of family farmers residing in the municipalities and the productive potential of the region. The results indicated a low adherence of the municipalities in the purchase of food and products from Family Farming for school feeding, without reaching the minimum required by the legislation and demonstrated that the municipalities have a productive potential. The importance of a governmental organization to articulate the operationalization of the program is highlighted, from the assistance given to rural producers, the supervision of the School Feeding Council regarding compliance with legislation, to the political will so that the program can be carried out throughout its fullness.

Key words: public policy; school feeding; financing government.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, é considerado Agricultura Familiar (AF) quando o modo de produção é majoritariamente proveniente do núcleo familiar, sem contratação expressiva de mão de obra externa. Os agricultores familiares gerenciam suas produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, e dessa forma contribuem para o desenvolvimento econômico, ambiental, social e cultural das comunidades onde se inserem (SIMON, 2013). A AF é responsável por abastecer o mercado interno brasileiro, além de assegurar a quantidade e qualidade dos alimentos básicos para atender à população (PIRES, 2021). De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a AF respondia à época, por aproximadamente 38% (ou R\$ 54,4 bilhões) do valor total produzido pela agropecuária brasileira, compreendendo o equivalente a cerca de 12,3 milhões de pessoas, ou a 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários (FRANÇA, 2009). Já os resultados do Censo Agropecuário realizado no ano de 2017 mostraram aumento da concentração fundiária, com estabelecimentos acima de mil hectares controlando 47,5% das terras; diminuição da população economicamente ligada à AF e aumento expressivo da mecanização, dos latifúndios e do uso de agrotóxicos (IBGE, 2017). Esses resultados desfavoráveis relacionados à permanência e à importância da AF no Brasil levam à discussão sobre o importante papel dela no desenvolvimento brasileiro, no desenvolvimento sustentável, na geração de emprego e renda, na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população e no desenvolvimento local (BOCCHI et al., 2019).

No Brasil, para alcançar a SAN da população, foram criadas propostas e implementados programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na década de 70, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995 e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, atual Alimenta Brasil. O PNAE, principalmente a partir do ano de 2009, pela promulgação da Lei nº 11.947/2009, confere um estímulo à inserção de alimentos provenientes da AF na alimentação escolar, a partir da obrigatoriedade de compra de produtos da AF para a alimentação escolar, utilizando no mínimo 30% do valor federal repassado aos municípios e escolas estaduais (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, o objetivo principal deste estudo é descrever e discutir, em dois municípios brasileiros do estado de Minas Gerais (MG), a trajetória de compra dos produtos da AF para a alimentação escolar, por meio do PNAE, reconhecendo a importância desse processo como estratégia para o alcance da SAN da população assistida.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva, com análise de dados secundários obtidos a partir de portais oficiais, sendo eles: (i) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); (ii) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (iii) Censo Agropecuário de 2017; (iv) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); (v) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); (vi) além de utilizar informações coletadas diretamente nas Secretarias Municipais de Educação (SME) dos dois municípios participantes deste estudo.

O estudo avaliou informações relacionadas ao PNAE e à AF dos municípios de Ouro Preto e Mariana, MG. Ouro Preto é um município do estado de MG, localizado a 100 km de Belo Horizonte, capital do estado. Dados do IBGE, referentes ao último Censo realizado no ano de 2010, apresentam uma população de 70.281 pessoas. A população estimada atualmente pelo IBGE (2021) é de 74.824 pessoas. Quanto à área territorial, o município possui cerca de 1.245,865 km². Mariana, por sua vez, é um município do estado de MG, localizado a 110 km de Belo Horizonte, capital do estado. De acordo com o IBGE, no último Censo realizado em 2010, a população era de 54.219 pessoas. A população estimada atualmente pelo IBGE (2021) é de 61.830 pessoas e o município possui uma área territorial de 1.194,208 km².

As variáveis utilizadas nesse estudo foram: (i) número de alunos matriculados no Ensino Infantil, Fundamental, Médio, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Educação Especial nos dois municípios, além do número de estabelecimentos de ensino públicos, obtidos a partir de dados disponibilizados no portal do INEP; (ii) número de estabelecimentos agropecuários, de produtores e produção de alimentos nacional, estadual e local, obtidos a partir de dados disponibilizados no Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE; (iii) Relatório de Projeções publicado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), Empresa de Pesquisa Agropecuária (EPAMIG) e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA); (iv) Quantitativo de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs) Ativas de Pessoa Física nos municípios de Ouro Preto e Mariana, obtidos a partir de dados disponibilizados pelo portal do SEAD; (v) Informações referentes ao total de recursos repassados pelo FNDE aos dois municípios e o percentual utilizado por esses municípios na compra de alimentos da AF para a alimentação escolar, no período de 2011 a 2021, informação delimitada pela disponibilidade de dados no portal do FNDE e pelas informações obtidas através das Secretarias Municipais de

Educação dos dois municípios.

RESULTADOS

Estabelecimentos de ensino público e número de alunos matriculados nos municípios de Ouro Preto e Mariana / MG

O número de estabelecimentos de ensino público nos municípios de Ouro Preto e Mariana são descritos na Tabela 1, com informações referentes aos anos de 2011 a 2021, obtidos por meio dos dados públicos disponibilizados pela Sinopses Estatísticas da Educação Básica do INEP.

O público atendido pelo programa abrange alunos das escolas públicas de todas as idades, matriculados na Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Ensino Fundamental (Séries iniciais 1º ao 5º ano e séries finais 6º ao 9º ano), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2009). A Tabela 2 descreve o público atendido pelo PNAE nos municípios de Ouro Preto e Mariana, a partir do quantitativo de alunos nos estabelecimentos de ensino público, conforme dados publicados pelo Censo Escolar do INEP, nos anos de 2011 a 2021.

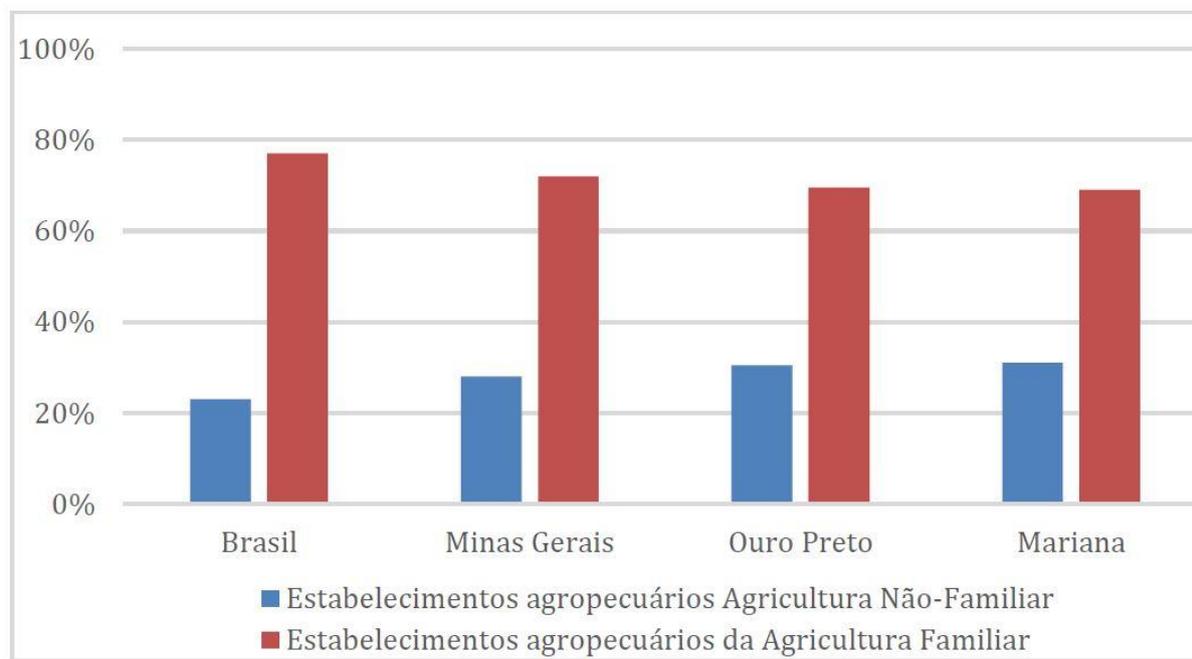
Estabelecimentos agropecuários, produtores e produção de alimentos nacional, estadual e local

Em relação aos estabelecimentos agropecuários, o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE (2017), relata que o número no Brasil é de 5.073.324 estabelecimentos e a AF representa 77% desse total, alcançando o número de 3.897.408 estabelecimentos. Referente ao estado de MG, existem 607.557 estabelecimentos agropecuários, onde a AF representa 72% desse total, alcançando o número de 441.829 estabelecimentos. Quanto aos municípios analisados, o total de estabelecimentos agropecuários em Ouro Preto é de 728, com a AF representando 69,50% desses estabelecimentos. Em Mariana, o número de estabelecimentos agropecuários é de 564 estabelecimentos, e 69% desses, é representado pela AF (IBGE, 2017 - Gráfico 1).

O panorama do número de produtores no Brasil é de 15.105.125 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Em estabelecimentos classificados como AF, o total de pessoas ocupadas foi de 10,1 milhões, caracterizando 67% do total de produtores agropecuários brasileiros. Em relação ao número de produtores de MG, 1.836.353 se encontram ocupados

nessas atividades, sendo pertencentes à AF, 1.202.934 pessoas, caracterizando 66% do total de produtores agropecuários do estado.

Gráfico 1. Percentuais de estabelecimentos pertencentes à Agricultura Familiar e Agricultura Não-Familiar, Brasil, MG, Ouro Preto e Mariana, 2017.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), referentes ao Censo Agro 2017.

Em relação à produção agropecuária no estado de MG, de acordo com o Relatório de Projeções publicado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), pela Empresa de Pesquisa Agropecuária (EPAMIG) e pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), MG possui uma produção bastante diversificada de grãos, produzindo, principalmente, milho, feijão, soja, algodão, trigo, sorgo, amendoim, girassol e mamona. A produção do estado, em 2017, foi de 14,3 milhões de toneladas, concentradas em sua maior parte nas regiões Noroeste e Triângulo Mineiro (Tabela 3).

A Tabela 4 apresenta dados referentes ao Censo Agro 2017, sobre a produção de alimentos agropecuários, tanto da AF quanto de produtores não inseridos na AF, e informa a quantidade produzida em toneladas das principais culturas agrícolas nos municípios de Ouro Preto e Mariana.

Quantitativo de DAPs Ativas de Pessoa Física nos municípios de Ouro Preto e Mariana

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no ano de 2017, no município de Ouro Preto, existiam 171 DAPs principais validadas, e em Mariana, 235 (BRASIL, 2018). O último relatório publicado pela SEAD, em 2018, que descreve a quantidade de DAPs por município brasileiro, indica que no município de Ouro Preto, 176 DAPs principais estavam validadas, e em Mariana esse número era 250. Logo, pelo número de DAPs podemos mensurar o quantitativo de produtores presentes nos dois municípios.

Valores transferidos pelo FNDE ao PNAE dos municípios de Ouro Preto e Mariana e valores utilizados na compra dos alimentos e produtos da AF

A Tabela 5 apresenta informações referente ao valor transferido pelo FNDE e dos valores empregados na aquisição de gêneros alimentícios da AF para o PNAE, nos municípios de Ouro Preto e Mariana - Brasil, 2011-2021.

Tabela 1. Número de estabelecimentos de ensino por etapa de ensino nos municípios de Ouro Preto e Mariana, de 2011 a 2021.

Ano em exercício	Ensino Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA		Educação Especial	
	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana
2011	56	30	58	54	8	8	14	13	43	30
2012	57	33	50	37	12	11	13	12	41	37
2013	61	33	49	37	12	11	11	12	42	39
2014	61	34	49	38	12	10	10	9	43	35
2015	60	34	49	38	12	10	10	8	40	34
2016	61	34	50	38	12	10	11	8	42	34
2017	59	34	49	37	11	10	10	7	47	36
2018	60	37	48	38	11	10	9	7	44	39
2019	55	37	46	38	11	10	10	7	42	42
2020	54	38	47	39	11	9	9	6	43	42
2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do INEP. Em 2021, os dados do INEP não estavam disponibilizados durante a realização deste estudo.

Tabela 2. Público atendido pelo PNAE nos municípios de Ouro Preto e Mariana, por número de alunos nos estabelecimentos de ensino público, de 2011 a 2021.

Ano em exercício	Ensino Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA		Educação Especial		Total	
	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana	Ouro Preto	Mariana
2011	2.335	1.330	10.077	8.034	3.873	2.172	1.179	1.369	127	73	17.591	12.978
2012	2.482	1.507	9.502	7.456	3.731	2.068	942	1.281	126	96	16.783	12.408
2013	2.485	1.543	9.251	7.339	3.640	1.941	1.035	1.279	111	116	16.522	12.218
2014	2.497	1.437	9.031	7.328	3.740	1.872	764	988	143	134	16.175	11.759
2015	2.418	1.625	8.671	7.130	2.510	1.884	704	728	139	133	14.442	11.500
2016	2.379	1.747	8.246	7.033	2.596	2.136	934	763	163	204	14.318	11.883
2017	2.575	1.938	7.695	6.780	2.696	2.222	1.025	696	206	230	14.197	11.866
2018	2.611	1.945	7.693	6.608	2.488	1.914	882	705	248	255	13.922	11.427
2019	2.547	1.920	7.481	6.501	2.116	1.682	839	681	212	288	13.195	11.072
2020	2.554	2.019	7.406	6.500	2.062	1.775	712	656	295	222	13.029	11.172
2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do INEP. Em 2021, os dados do INEP não estavam disponibilizados durante a realização deste estudo.

Tabela 3. Participação do Estado de MG na produção agropecuária das principais culturas do Brasil.

Cultura	Produção em MG - 2017 (t)	Produção no Brasil - 2017 (t)	Participação de MG no âmbito nacional - 2017 (%)
Mandioca	283.634	6.559.289	4,3
Soja	4.666.585	103.156.255	4,5
Feijão	397.267	1.292.645	31
Alho	41.577	99.413	41,8
Abacaxi	118.116	711.220	16
Milho	5.953.820	88.099.622	6,75
Sorgo	597.231	1.690.587	35,3
Cana-de-açúcar	65.984.683	638.689.875	10,3
Banana	660.463	4.025.937	16,4
Batata-inglesa	689.770	1.996.145	34,5
Leite	8.746.559	30.156.279	29
Café	1.423.184	1.880.438	76

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao Censo Agro 2017.

Tabela 4. Participação dos municípios de Ouro Preto e Mariana na produção agropecuária das principais culturas do Estado de MG.

Cultura	Produção em Ouro Preto - 2017 (t)	Participação de Ouro Preto no âmbito do Estado - 2017 (%)	Produção em Mariana - 2017 (t)	Participação de Mariana no âmbito do Estado - 2017 (%)	Produção em MG - 2017 (t)
Mandioca	73	0,025%	23	0,0081	283.634
Feijão	16	0,0040%	16	0,0040	397.267
Milho	263	0,0044%	163	0,0027	5.953.820
Cana-de-açúcar	1.652	0,0025%	1.932	0,0029	65.984.683
Banana	56	0,0084%	100	0,015	660.463
Batata-inglesa	183	0,026%	-	-	689.770
Leite	3.182	0,036%	7.924	0,090	8.746.559
Café	449	0,031%	2	0,0001	1.423.184

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao Censo Agro 2017.

Tabela 5. Valores transferidos pelo FNDE e o valor investido na aquisição de gêneros alimentícios da AF para o PNAE entre os anos de 2011 e 2021 nos municípios de Ouro Preto e Mariana.

Ano	Município	Valor transferido pelo FNDE	Valor investido na aquisição de gêneros alimentícios da AF para o PNAE	Percentual de compra de gêneros alimentícios da AF para o PNAE
2011	Ouro Preto	R\$639.480,00	R\$69.951,95	10,94%
	Mariana	R\$486.240,00	R\$28.259,50	5,81%
2012	Ouro Preto	R\$705.192,00	R\$132.446,04	18,78%
	Mariana	R\$561.864,00	R\$18.164,40	3,23%
2013	Ouro Preto	R\$751.368,00	R\$174.168,89	23%
	Mariana ⁵	-	-	-
2014	Ouro Preto	R\$759.060,00	R\$277.199,00	37%
	Mariana ⁶	-	-	-
2015	Ouro Preto	R\$822.282,00	R\$225.830,25	27%
	Mariana	R\$561.384,00	R\$181.101,47	32%
2016	Ouro Preto	R\$969.525,54	R\$229.305,80	23,65%
	Mariana	R\$866.956,27	R\$148.074,94	17,08%
2017	Ouro Preto	R\$726.490,00	R\$247.047,23	34,01%
	Mariana	R\$597.950,60	R\$181.853,97	30,41% <i>Continua...</i>

2018	Ouro Preto	R\$760.946,00	R\$121.182,36	15,93%
	Mariana	R\$647.602,00	R\$158.014,88	24,40%
2019	Ouro Preto	R\$768.704,00	R\$176.022,88	22,9%
	Mariana	R\$759.981,60	R\$330.592,00	43,5%
2020	Ouro Preto	R\$839.148,20	R\$55.901,00	6,66%
	Mariana	R\$552.990,48	R\$294.743,93	53,3%
2021	Ouro Preto ⁷	-	-	-
	Mariana ⁸	-	-	-

O valor do ano de 2013 não está disponibilizado no portal do FNDE. O valor do ano de 2014 não está disponibilizado no portal do FNDE. Em 2021, a SMOP informou que não houve compras institucionais da Agricultura Familiar para o PNAE. Em relação ao ano de 2021, a SMM informou que ainda não foi lançada a prestação de contas da Alimentação Escolar.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Portal do FNDE e da Secretaria Municipal de Ouro Preto.

DISCUSSÃO

O PNAE é um programa que apresenta êxitos inquestionáveis, pois, além de propiciar oportunidades aos agricultores familiares e alimentação nutritiva aos estudantes da educação básica, possui uma relevante contribuição no que tange ao desenvolvimento regional dos municípios, uma vez que as aquisições são efetuadas por meio de Chamadas Públicas e realizadas pela Entidade Executora (EEx) Municipal, tendo como fornecedores agricultores familiares do próprio município ou região, incentivando a produção e fortalecendo a economia local (FLORIAN; COSTA; BARROS 2018; KROTH; GEREMIA; MUSSIO 2020). De acordo com as normativas da Resolução/CD/FNDE nº 6/2020, os alimentos priorizados nas Chamadas Públicas devem ser classificados como *in natura*, sendo o PNAE um importante potencializador de políticas públicas e ações intersetoriais de promoção da saúde e SAN, como o Guia Alimentar para a População Brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde, o Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes e o Modelo de Perfil Nutricional, ambos da Organização Pan-Americana da Saúde (BRASIL, 2020). Além disso, a obrigatoriedade proposta pela Lei nº 11.947/2009 de, no mínimo 30% dos recursos repassados do FNDE aos municípios, serem utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF e do empreendedor familiar rural, proporciona ao produtor familiar rural a inclusão produtiva, a geração de empregos, o aumento da sua renda, novos canais de comercialização e a possibilidade de se organizar a partir de associações e cooperativas. Essa aquisição, também, amplia à população assistida pelo programa, a SAN, o desenvolvimento sustentável dos locais onde residem e a possibilidade de manutenção de hábitos alimentares saudáveis, através do acesso a alimentos *in natura*, regionais e que condizem com a cultura de cada comunidade, além de ações de EAN pautadas na produção e no consumo sustentável dos alimentos, portanto, sendo o PNAE, também, uma das mais importantes e tradicionais estratégias de promoção da SAN no Brasil (GALLINA et al., 2012; TRICHES & BACCARIN, 2016; ARAÚLO et al., 2019).

Apesar dos benefícios expostos em relação à AF e ao PNAE, os resultados da Tabela 5, indicam uma baixa adesão dos municípios, principalmente Ouro Preto, sendo observado um percentual de compra inferior ao recomendado na maioria dos anos avaliados neste estudo. Os dois municípios, próximos um do outro (cerca de 20 km de distância), apresentam pontos em comum, mas, realidades diferentes quanto à aquisição de produtos da AF pelo PNAE. Ouro Preto atendeu à obrigatoriedade da compra governamental apenas nos anos de 2014 e 2017 e

Mariana, por sua vez, atendeu durante os anos de 2015, 2017, 2019 e 2020. Os resultados deste estudo são similares aos encontrados por Araújo e colaboradores (2019), que ao avaliar as capitais de estados brasileiros e do Distrito Federal, referente à compra de alimentos da AF para o PNAE, observou que apenas um terço das capitais avaliadas (33,3%) apresentaram compra acima do mínimo recomendado (30%). Silva e colaboradores (2017), avaliando os municípios Jampruca e Mathias Lobato, situados em MG, constatou que a determinação da Lei nº 11.947/2009 não é cumprida e, até o ano de 2016, ainda não haviam alcançado o investimento de 30% dos recursos do FNDE na compra direta da AF. Além disso, um estudo conduzido com análise da aquisição de alimentos provenientes da AF no âmbito do PNAE, no estado do Rio Grande do Norte, observou que mais de 50% dos municípios assessorados pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CECANE/UFRN) relataram a compra de gêneros alimentícios provenientes da AF e apenas 9,7 relataram aquisição igual ou superior a 30% (SILVA et al., 2022). Entretanto, no estado de MG, tendo como ano base 2017, 55% dos municípios mineiros atingiram a meta de compra de 30% da AF (ANJOS; FILHO; HORTA, 2022). Nesse contexto, é possível observar que o panorama de compra de alimentos da AF para o PNAE não é tido como dificuldade apenas em Ouro Preto e Mariana, uma vez que em muitos municípios do país essa compra não cumpriu o que preconiza a Lei nº 11.947/2009. Por conseguinte, os resultados obtidos com este estudo corroboram com as premissas propostas de que a irregularidade não é uma problemática local, mas de diversas cidades brasileiras (SILVA et al., 2017; ARAUJO et al., 2019; DIAS et al., 2020; SILVA et al., 2020; ANJOS; FILHO; HORTA, 2022).

Cabe mencionar que, a Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 previa o desconto no ano subsequente à descentralização dos recursos via FNDE que não foram gastos com a AF e não justificados. Entretanto, a partir da Resolução nº 6/2020, preconiza-se que quando a EEx não alcançar os 30% obrigatórios de utilização dos recursos do PNAE em compras da AF, e a avaliação na prestação de contas realizada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) não for favorável, o valor não utilizado deverá ser devolvido no ano seguinte, a partir do desconto do valor que seria descentralizado novamente (BRASIL, 2020). É importante ressaltar que, o não cumprimento da Lei gera uma desmobilização dos agricultores familiares em torno do PNAE, visto que a prefeitura é a chave principal, pois elabora e publica as Chamadas Públicas e efetua a aquisição de alimentos, logo, quando a compra não acontece, gera o desinteresse ou a falta de confiança dos agricultores familiares no poder público e nas políticas envolvidas. Além disso, ao agricultor, essa inadequação da compra, gera perdas econômicas expressivas,

tendo em vista que essas famílias, muitas vezes, são vulneráveis e dependem da renda gerada regularmente pelas vendas de seus produtos aos programas institucionais (SILVA et al., 2017; CARVALHO et al., 2021).

Observa-se, ainda, no estudo, através do valor de produção e da participação dos municípios na produção agropecuária das principais culturas do estado de MG e do Brasil, demonstrado nas Tabelas 3 e 4, que existe um potencial produtivo na região. Embora os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2017 não especifiquem a produção essencialmente oriunda da AF, as informações apresentadas no atual estudo sobre o percentual de estabelecimentos pertencentes à AF, no Brasil, em MG e nos municípios de Mariana e Ouro Preto, mostram indícios fortes da produção expressiva no Brasil, a partir dos seus municípios, de alimentos provenientes dos agricultores familiares. Portanto, visando analisar a inadequação por meio da literatura, entende-se que o resultado é reflexo de uma falta de órgãos articuladores da aquisição de alimentos locais auxiliando no mapeamento da produção agrícola dos agricultores familiares e no desenvolvimento de ações que auxiliem no processo organizacional dos agricultores. As dificuldades logísticas, as exigências sanitárias e a burocratização da documentação necessária dos agricultores familiares, além da falta de interesse da gestão pública municipal em mobilizar e proporcionar uma maior participação de agricultores nesse programa, podem causar esse impacto negativo na aquisição de alimentos para o PNAE. Logo, torna-se necessário uma melhor fiscalização, um planejamento e a mobilização do Governo Federal, Estadual e Municipal para a consolidação e o fortalecimento da execução do programa, além da necessidade de apoio técnico para que esses produtores estejam preparados para participar das Chamadas Públicas e, conseqüentemente, da venda e entrega dos seus alimentos e produtos (BEZERRA et al., 2013; CARVALHO et al., 2021).

Ainda relacionado à inadequação da compra, é necessária uma boa estruturação e atuação dos CAE dos municípios, visto que é um espaço propício para interação entre os diversos atores, para que todos possam contribuir na execução do programa, além de fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo FNDE, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar, receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa. A comunicação entre os setores internos e externos ao processo produtivo local, bem como da gestão municipal, pode contribuir na aquisição de alimentos da AF para o programa (BRASIL, 2009; SILVA et al., 2020).

Durante a pandemia de covid-19, a comercialização dos produtos da AF foi afetada de

forma significativa, pois tinha como principal clientela as escolas (CARVALHO et al., 2021). Como consequência, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (IA) no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil, realizado pela Rede PENSSAN, também evidenciou que a condição da pobreza e insegurança alimentar das populações rurais subiu gravemente, incluindo os agricultores familiares (REDE PENSSAN, 2021). Além disso, a pandemia não só impactou no orçamento das famílias da AF, mas também prejudicou quantitativa e qualitativamente a alimentação da população assistida pelo programa, ressaltando ainda mais, a necessidade de articulação dos governantes nas estratégias do PNAE, para que garantam a SAN, a renda, a saúde e a segurança sanitária, de forma emergencial e continuada (KROTH et al., 2020; RIBEIRO-SILVA et al., 2020; PORTAL et al., 2021).

Este estudo foi realizado por meio da utilização de dados secundários, referentes a informações obtidas nos canais oficiais de informações públicas, sem informações para todos os anos de análise do estudo e sem informações anteriores ao ano de 2011, o que impede a avaliação a partir do ano de 2009, ponto de partida de obrigatoriedade de compra dos alimentos da AF para o PNAE. Em relação aos dados referentes à produção de alimentos, as informações disponíveis de domínio público foram referentes ao Censo Agropecuário de 2017, sendo que não diferem nessa base de dados, a produção agrícola de produtores pertencentes a AF e de produtores de agricultura não familiar. Outro fator limitante do estudo, foi a inexistência de informações públicas sobre a produção de alimentos locais e a não disponibilização da informação a partir da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) dos dois municípios. Estima-se que informações apresentadas neste estudo possam servir como subsídio aos gestores públicos para aprimorar a execução do programa nos municípios de Ouro Preto e Mariana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sugerem que, embora a Lei nº 11.947/2009 signifique um grande avanço para o alcance da SAN e para o desenvolvimento local, os municípios de Ouro Preto e Mariana não conseguiram cumprir a legislação para todos os anos de análise deste estudo, com piores resultados no município de Ouro Preto. Entretanto, a partir das informações relacionadas à presença de agricultores familiares locais e da produção de alimentos, foi demonstrado um potencial produtivo para atender possivelmente, à demanda local para o PNAE.

Nessa concepção, diversas são as dificuldades que podem estar envolvidas no processo

de compra e venda de alimentos da AF para o PNAE nos municípios, ressaltando a necessidade de um estudo que possa avaliar os motivos da não execução da Lei.

De forma geral, espera-se para a efetivação da compra dos alimentos e produtos da AF para o PNAE, articulação, organização e planejamento governamental; ações intersetoriais (Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Agricultura e EMATER). Além disso, torna-se importante a disponibilização, por meio de dados oficiais atualizados, das informações referentes à produção local, ao percentual de compra da EEx de alimentos da AF e à atualização das informações referentes ao número de agricultores familiares na região com DAPs ativas. Ademais, o CAE é um grande aliado no monitoramento das diretrizes do PNAE e no controle social, possibilitando melhor eficiência e o alcance da SAN dos escolares.

Assim, o presente estudo se apresenta como subsídio aos gestores públicos para aprimorar a execução do programa nos municípios de Ouro Preto e Mariana, de modo a ampliar a compra institucional da alimentação escolar oriunda da Agricultura Familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANJOS IA, FILHO JDL, HORTA PM. Factors associated with the purchase of family farming products for national school feeding program in Minas Gerais in 2017, Brazil. *Ciênc. Rural* 52: 4, e20200776, 2022.
2. ARAUJO LRS, BRITO ANM, RODRIGUES MTP, MASCARENHAS MDM, MOREIRA-ARAÚJO RSR. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. *Cad. Saúde Pública* 35(11): e00004819, 2019.
3. BEZERRA OMPA, BONOMO E, SILVA CAM, CORREA MS, SOUZA AA, SANTOS PCT, SILVA ML, ALMEIDA MR, CARVALHO KP, MARQUES LA, SOUZA, DMS. Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. *Rev. Nutr* 26(3): 335-342, 2013.
4. BOCCHI CP, MAGALHÃES ES, RAHAL L, GONÇALVES RS. A década da nutrição, a política da segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. *Rev Panam de Salud publica* 43: 1-5, 2019.
5. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 146, n. 113, p. 2-4, 17 jun. 2009.

6. BRASIL. Ministério da Educação. FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n. 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, 2020.
7. BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2018. Quantitativo de DAPs Ativas de Pessoa Física e Jurídicas por UF e Município. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/quantitativo-de-daps-ativas-por-uf-e-municipio>>. Acesso em 19 de outubro de 2021.
8. CARVALHO GCG, MORAIS IBA, OLIVEIRA GAL, VENDRAMETTO O. Family farming and school feeding: reflections of the COVID-19 pandemic. *Res, Soc and Develop* 10(4): e13910413911, 2021.
9. DIAS PC, BARBOSA IRO, BARBOSA RMS, FERREIRA DM, SOARES KCB, SOARES DSB, HENRIQUES P, BURLANDY L. Purchases from family agriculture for school feeding in Brazilian capitals. *Rev Saúde Pública* 54: 73, doi: 10.11606/s1518-8787.2020054001963, 2020.
10. FLORIAN F, COSTA VMHMC, BARROS MSC. Percepção de atores sociais sobre programas de alimentação e nutrição em município do estado de São Paulo. *Segur Aliment Nutr* 25(2): 51-65, 2018.
11. FRANÇA CG. O censo agropecuário e a agricultura familiar no Brasil. Censo 2006. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2009.
12. GALLINA L, TEO CRPA, MUNARO PS, OLIVEIRA VSH. Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. *Saúde Soc. São Paulo* 21(1): 89-102, 2012.
13. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil/Minas Gerais. [Internet]. População estimada [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em 15 de junho de 2021.
14. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. IBGE. Rio de Janeiro/RJ, 2017.
15. KROTH DC, GEREMIA DS, MUSSIO BR. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. *Ciênc saúde coletiva* 25(10): 4065-4076, 2020.
16. PIRES PFF. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão de escopo. (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2021, 119f.

17. PORTAL RD, VIEIRA ICG, CANTO O. Alimentação escolar no contexto da pandemia COVID-19 nas Instituições Federais de Ensino da Região Metropolitana de Belém/Pará. *RAF* 15(1): 175-195, 2020.
18. REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.
19. RIBEIRO-SILVA RC, PEREIRA M, CAMPELLO T, ARAGÃO E, GUIMARÃES JMN, FERREIRA AJF, BARRETO ML, SANTOS SMC. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc saúde coletiva* 25(9): 3421-3430, 2020.
20. SILVA S A S, ALVES JÚNIOR A, FREITAS AF, FREITAS AF. A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais (Brasil). *Revista Espacios* 38(46): 1-14, 2017.
21. SILVA LH, MEDEIROS M, TAVARES FB, DIAS IA, FRAZÃO AGF. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. *Mundo Amazônico* 11(2): 17-36, 2020.
22. SILVA LGS, OLIVEIRA GS, LYRA CO, PINHEIRO LGB, NEVES RAM, FERREIRA MAF. Compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: a situação do Rio Grande do Norte. *Saúde Debate* 46(2): 163-174, 2022.
23. SIMON A. Ano Internacional da Agricultura Familiar. *Agropec Catarinense, Florianópolis* 27(2): 14-17, 2014.
24. SEAD. SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2018. Quantitativo de DAPs Ativas de Pessoa Física e Jurídicas por UF e Município. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/quantitativo-de-daps-ativas-por-uf-e-municipio>>. Acesso em 19 de outubro de 2021.
25. TRICHES RM, BACCARIN JG. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: ARRUDA CRP, TRICHES RM. Alimentação Escolar: Construindo Interfaces entre Saúde, Educação e Desenvolvimento. Chapecó: Argos, 2016, p.411.